



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
INSTITUTO MINEIRO DE GESTÃO DAS ÁGUAS

Processo nº 2240.01.0003947/2022-48

**Procedência:** Instituto Mineiro de Gestão das Águas.

**Interessado:** Diretoria de Gestão e Apoio ao Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos – DGAS/Gerência de Apoio aos Comitês de Bacias Hidrográficas e Articulação à Gestão Participativa – GECBH.

**Número:** 046/2022

**Data:** 12 de maio de 2022.

**EMENTA:** DIREITO ADMINISTRATIVO – COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS – ALTERAÇÃO REGIMENTAL – DELIBERAÇÃO NORMATIVA CERH/MG Nº 69/2021 – DECRETO ESTADUAL Nº 44.956/2008 – LEI ESTADUAL Nº 13.199/1999 – PRINCÍPIO DA LEGALIDADE – OBSERVÂNCIA A PARIDADE ENTRE SEGMENTOS – GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA.

## NOTA JURÍDICA

### Relatório

1. Foi encaminhada a esta Procuradoria, para análise e manifestação, proposta de alteração do Regimento Interno do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros do Médio São Francisco.
2. A presente consulta encontra respaldo legal no artigo 17, do Decreto Estadual nº 41.578/01:

*“Art. 17 – A aprovação pelos comitês de bacia hidrográfica de seu regimento interno e suas modificações, será precedida de análise e parecer jurídico do IGAM, observado o disposto no inciso IV do artigo 42 da Lei nº 13.199/1999.”*

3. O processo administrativo encontra-se instruído com os seguintes documentos, até a presente data: Minuta de alteração do Regimento Interno (45899601); Ofício 6 (45899720); Regimento Interno vigente (46226543); Deliberação Normativa CERH nº 69/21 (46227236); Nota Técnica 14 (46228370); e Quadro Comparativo (46260898).
4. Feito um breve relato a respeito do caso, examina-se a seguir a disciplina jurídica aplicável à situação. Ressalte-se que, em vista das regras da Resolução AGE 93/2021, da Lei Complementar nº 75/2004 e da Lei Complementar nº 81/2004, compete às Assessorias Jurídicas e às Procuradorias prestar consultoria sob o ponto de vista estritamente jurídico, contudo, não lhes compete tratar da conveniência e ou da oportunidade dos atos praticados pela Administração, além de não lhes competir analisar os dados e os aspectos de natureza técnico-administrativa.

5. Acrescente-se ainda que, tendo em vista a presunção de legitimidade dos atos administrativos, os documentos autuados são de responsabilidade das áreas que instruíram o respectivo processo administrativo e áreas técnicas competentes.

6. Destaca-se, ainda, que as questões técnicas relacionadas ao caso concreto escapam das atribuições desta Assessoria, de modo que elas não serão objeto de análise da presente Nota, nos termos do que dispõe o art. 8º, da Resolução AGE nº 93/2021:

*Art. 8º – A manifestação jurídica deve se restringir à análise jurídica da questão submetida à consulta, sendo defeso ao Procurador do Estado e ao Advogado Autárquico adentrar a análise de aspectos técnicos, econômicos e financeiros, bem como de questões adstritas ao exercício da competência e da discricionariedade administrativa, a cargo das autoridades competentes.*

7. É o relatório, no que interessa.

## **Fundamentos**

8. Os Comitês de Bacias Hidrográficas são órgãos colegiados instituídos por Decreto do Governador do Estado, e possuem competências deliberativas, consultivas e normativas a serem exercidas na sua área de jurisdição.

9. Contando com a participação da sociedade civil, dos usuários e do poder público (estadual e municipais), em um modelo que denominamos de estrutura horizontal de gestão, todos os atores sociais envolvidos, por meio de constantes diálogos, apresentam e discutem os problemas da bacia hidrográfica, permitindo que as principais decisões políticas sobre a utilização das águas sejam tomadas em um ambiente democrático e participativo.

10. A composição dos Comitês de Bacias Hidrográficas, por força de dispositivo legal, deve ser paritária entre Poder Público e os segmentos dos usuários e da sociedade civil (artigo 36, da Lei Estadual 13.199/99).

*Art. 36 – Os comitês de bacia hidrográfica serão compostos por:*

*I – representantes do poder público, de forma paritária entre o Estado e os municípios que integram a bacia hidrográfica;*

*II – representantes de usuários e de entidades da sociedade civil ligadas aos recursos hídricos, com sede ou representação na bacia hidrográfica, de forma paritária com o poder público.*

11. Como conselho de política pública integrante do Sisema, estes órgãos colegiados são responsáveis pela implementação e acompanhamento da política de recursos hídricos em sua área de atuação, com vistas a promover a conservação, preservação e recuperação dos recursos hídricos, buscando garantir a melhoria da qualidade do meio ambiente, consagrado como um direito transindividual (de 3ª geração) apto a alcançar os valores constitucionais da fraternidade e solidariedade entre as presentes e futuras gerações.

12. Nesse sentido, elucida Granziera:

*Criados com o intuito de prover a necessária gestão descentralizada entre todos os órgãos e entidades atuantes na política do uso de recursos hídricos, os comitês atuam como um órgão colegiado, com funções consultivas e deliberativas, sendo*

*considerados a instância mais importante de participação e integração do planejamento e das ações na área dos recursos hídricos, posto que se trata do fórum de decisão sobre a utilização da água no âmbito das bacias hidrográficas.*

13. Esses comitês de bacias estabelecem suas regras de funcionamento por meio de regimentos internos, que tem como finalidade aglutinar um conjunto de procedimentos e normas para o exercício de suas atribuições legais.

14. No entanto com o intuito de organizar as inúmeras atribuições conferidas aos comitês pelo artigo 43, da Lei nº 13.199/99, além de otimizar as atividades e uniformizar os procedimentos, o Conselho Estadual de Recursos Hídricos editou a DN nº 69/21 (revogando a DN 52/16), com o objetivo de orientar o *modus operandi* dos 36 (trinta e seis) comitês de bacias instituídos no Estado de Minas Gerais, sendo que os respectivos regimentos internos deveriam observar os princípios e as diretrizes impostos pelo CERH.

15. Esses colegiados são instituídos por decreto do Governador do Estado, nos termos do artigo 35, parágrafo único, da Lei Estadual nº 13.199/99.

*Art. 35 – Os comitês de bacia hidrográfica terão como território de atuação:*

*I – a área total da bacia hidrográfica;*

*II – a sub-bacia hidrográfica de tributário do curso de água principal da bacia ou de tributário desse tributário;*

*III – o grupo de bacias ou sub-bacias hidrográficas contíguas.*

*Parágrafo único – Os comitês de bacia hidrográfica serão **instituídos por ato do Governador do Estado.** (grifos nosso)*

16. O CBH dos Afluentes Mineiros do Médio São Francisco foi criado conforme as disposições contidas no Decreto Estadual nº 44.956/2008, tendo o seu artigo 3º definido a sua composição, nos seguintes termos:

*Art. 3º – O Comitê será composto por:*

*I - até doze representantes do Poder Público, de forma paritária entre o Estado e os Municípios que integram a Bacia Hidrográfica;*

*II - até doze representantes de usuários e de entidades da sociedade civil ligadas aos recursos hídricos, com sede ou representação na Bacia Hidrográfica, de forma paritária com o Poder Público.*

*§1º - Cada representante terá um suplente, que o substituirá em suas ausências e impedimentos.*

*§2º - O Comitê poderá ser dirigido, além de um presidente e um secretário, por um vice-presidente e um segundo secretário, eleitos dentre seus membros.*

*§3º - O regimento interno disporá sobre as normas complementares indispensáveis ao desenvolvimento das atividades do Comitê.*

17. O decreto que instituiu o CBH dos Afluentes Mineiros do Médio São Francisco dispôs, ainda, sobre o modo de indicação dos membros (art. 5º), bem como suas atribuições (art. 2º), estabeleceu que o quórum de suas deliberações será definido no regimento interno (art. 6º), além de prever que sua sede será em um dos municípios que integram a bacia (art. 9º). Importante esclarecer que todas as alterações propostas no Regimento Interno devem observar as disposições contidas na Lei Estadual nº 13.199/99, no Decreto Estadual nº 44.956/08, na DN CERH nº 69/21, e demais normas afetas ao tema.

## Da Minuta.

18. Importante ressaltar que iremos inserir no corpo desta nota jurídica somente os dispositivos que forem passíveis de alteração, ou que tiveram mudanças substanciais em seu texto.

19. Pois bem. Já no início da norma, conforme estabelece o Decreto Estadual nº 48.333/21 (art. 5º), os atos normativos são compostos pelas seguintes partes: cabeçalho, que se compõe de epígrafe, ementa e preâmbulo; texto normativo; e fecho. Neste aspecto, não existe a figura dos “considerandos” no texto normativo, o que por questões de técnica legislativa deverá ser retirado. **(Ressalva 1)**

20. Ainda com relação aos “considerandos”, foi mencionada no texto a Lei Delegada nº 180/2011. No entanto, esta norma foi revogada pela Lei nº 22.257/2016.

21. Já no **artigo 3º**, entendemos que deverá ser alterado o termo “publicação” por aprovação, tendo em vista que as deliberações normativas dos CBHs não são passíveis de publicação no Diário Oficial do Estado, não obstante o comitê deva disponibilizá-la em sua página oficial para conhecimento do público em geral. **(Ressalva 2)**

22. Quanto ao **Anexo Único**, que trata da minuta propriamente dita, propomos alterar seu artigo 3º, *caput*, visando dar maior coesão ao texto. Para tanto, sugerimos: **(Recomendação 1)**

*Art. 3º O Comitê é órgão colegiado, de Estado, instituído pelo Decreto Estadual nº 44.956, de 19 de novembro de 2008, com competências deliberativas, normativas e consultivas, com atuação na área territorial compreendida pela Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros do Médio São Francisco.*

23. Além disso, deverá ser retirada a expressão Unidade de Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos (UPGRH SF 9). De acordo com o artigo 5º, da DN CERH nº 66/20, deve-se ler “Circunscrição Hidrográfica - CH” em todas as normas e instrumentos de gestão onde houver a expressão “Unidade de Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos - UPGRH”. **(Ressalva 3)**

24. Atente-se que deverá ocorrer uma revisão geral no texto para verificar a retirada da expressão UPGRH revogada pela deliberação normativa supracitada.

25. No que se refere às competências (**art. 4º**), recomendamos alterar a redação do inciso II, visando dar coerência ao texto, tendo em vista que o conflito não se dá com o recurso natural, mas se relaciona com ele: *“II - arbitrar, em primeira instância administrativa, os conflitos relacionados com os recursos hídricos.”* **(Recomendação 2)**

26. Os incisos III, VIII, XI, XVI mencionam UPGRH, conforme dito acima deve ser corrigido o termo para CH. Ressaltamos que em várias partes do texto normativo houve a aplicação equivocada da sigla UPGRH, o que deverá ser revisto pelo Comitê. **(Ressalva 4)**

27. No **artigo 6º** houve a definição do número de membros que compõem o CBH. Neste aspecto, não vislumbramos óbice legal pois o Decreto nº 44.956/08 (que instituiu o CBH) menciona que o comitê poderá ter até 12 (doze) membros divididos nos segmentos poder público (estadual e municípios), usuários e sociedade civil. Logo, a redação do decreto permite a flexibilização no número de vagas por segmento, desde que observada a representação paritária.

28. No que se refere às competências dos conselheiros (**art. 10**), recomendamos que seja acrescido ao inciso IV a menção a outras normas que vierem substituir a DN citada, tendo em vista que será apresentada nova proposta de Regimento Interno para o CERH/MG, o que implicará em alteração da normativa vigente. **(Recomendação 3)**

(...) IV - requerer informações, providências, esclarecimentos ao presidente, ao secretário do Comitê e aos gestores do SEGRH-MG, conforme artigo 42 da DN CERH nº 44/2014, ou outra norma que vier substituí-la, sob forma de diligência;

29. Noutro giro, a numeração dos artigos deverá ser revista, uma vez que pela técnica legislativa a numeração será cardinal a partir do artigo 10. (Ressalva 5)

30. Quanto ao **artigo 23, §7º**, importante esclarecer que a pandemia causada pelo coronavírus (Covid-19) promoveu diversas mudanças no *modus operandi* das instituições, sendo que as reuniões em formato virtual, ou mesmo semipresencial, tornaram-se uma realidade de caráter duradouro. Nesse sentido, a redação tal como foi enviada pelo comitê torna burocrática a realização neste formato de reunião, ao ter que ser aprovada/permitida pelo CBH. Sendo assim, propomos que permaneça a redação disposta na DN 69/21. (Recomendação 4)

31. Pertinente ao **artigo 41**, quaisquer aprovações que se der por “*ad referendum*” da Plenária deve obrigatoriamente ser colocada para discussão e votação na reunião seguinte, independentemente de ser referida reunião ordinária ou extraordinária. Nesse sentido, podemos observar que a própria DN 69/21 não faz nenhuma distinção ao modelo de reunião em que deve ser pautado o assunto. **(Ressalva 6)**

32. Por fim, solicitamos que seja realizada uma revisão geral no texto para verificar se a ordem dos artigos, parágrafos e incisos estão corretas, em cumprimento a técnica legislativa. **(Recomendação 5)**

### Conclusão

33. Pelo exposto, não vislumbramos óbice as alterações pretendidas no Regimento Interno do CBH dos Afluentes Mineiros do Médio São Francisco, desde que superadas as ressalvas apontadas, estando o mesmo de acordo com as normativas vigentes, em especial a DN CERH nº 69/21, em observância ao Princípio da Legalidade.

Belo Horizonte, 12 de maio de 2022.

**Valéria Magalhães Nogueira**

**Procuradora Chefe – Advogada Autárquica**

**MASP nº 1.085.417-2 – OAB/MG nº 76.662**



Documento assinado eletronicamente por **Valeria Magalhães Nogueira, Advogado(a) Autárquico(a)**, em 13/05/2022, às 09:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **46475760** e o código CRC **EFBBF9D5**.